

AÇÃO CIVIL

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Ação civil

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Capítulo I - A reparação do dano causado pelo crime

Seção I - A dupla repercussão do fato

1. Duas pretensões nascidas do mesmo fato
2. O microssistema reparatório
3. A vítima no processo penal e o incentivo legal à reparação

Seção II - Os sistemas de relacionamento entre as instâncias

1. Os quatro sistemas
2. O sistema adotado no Brasil
3. Os pontos de contato entre as instâncias

Seção III - Restituição, ressarcimento, reparação e indenização

1. As quatro modalidades de recomposição
2. A inutilidade prática da classificação
3. A restituição pela via do incidente

Seção IV - As duas vias à disposição do ofendido

1. A ação de execução ex delicto
2. A ação civil ex delicto em sentido estrito
3. As vantagens e as desvantagens de cada via
4. A escolha é do ofendido

Capítulo II - A execução da sentença penal condenatória

Seção I - A obrigação de indenizar como efeito da condenação

1. A posição do efeito no quadro geral
2. A automaticidade do efeito
3. O que a condenação torna incontroverso

Seção II - O título executivo e o juízo competente

1. A sentença penal como título executivo judicial
2. A competência do juízo cível
3. Uma execução que não é penal

Seção III - A legitimidade para a execução

1. A legitimidade ativa
2. A legitimidade passiva

Seção IV - Os títulos de formação duvidosa

1. A condenação proferida pelo Tribunal do Júri

2. A sentença concessiva de perdão judicial
3. A sentença absolutória imprópria
4. A sentença homologatória de transação penal
5. A sentença penal estrangeira

Seção V - A extinção da punibilidade e a sorte do título

1. A morte do agente
2. A anistia, a graça e o indulto
3. A prescrição
4. A abolitio criminis

Seção VI - A revisão criminal e a queda do título

1. O desaparecimento do título executivo
2. Os três estados da execução
3. O caminho inverso e a ação rescisória

Capítulo III - O valor mínimo fixado na sentença condenatória

Seção I - Do título ilíquido à liquidez parcial

1. A sistemática anterior à reforma de 2008
2. A reforma de 2008 e o novo desenho
3. A fixação do valor pelo juiz criminal não era novidade

Seção II - A natureza do dano indenizável

1. A corrente restritiva
2. A corrente ampliativa
3. A cautela que a corrente ampliativa exige
4. O dano moral coletivo

Seção III - Pedido expresso, contraditório e a posição dos tribunais

1. A corrente da automaticidade
2. A corrente da exigência de pedido
3. Quem pode formular o pedido
4. A posição atual dos tribunais

Seção IV - Situações particulares de aplicação

1. O Tribunal do Júri
2. O crime sem vítima determinada
3. A ausência de elementos para a fixação
4. O capítulo autônomo e o recurso
5. A ação civil já em curso

Seção V - A execução do mínimo e a liquidação do excedente

1. As providências à disposição do ofendido
2. O abatimento

3. O vínculo do juízo cível

Seção VI - O direito intertemporal

1. A tese da norma processual

2. A tese da norma híbrida

Capítulo IV - A ação civil de conhecimento

Seção I - Natureza e autonomia da demanda

1. Uma ação de indenização com nome próprio

2. A ação de conhecimento e a sorte da condenação

Seção II - A competência para a ação reparatória

1. As duas posições doutrinárias

2. A distinção com a competência da execução

Seção III - A legitimidade passiva e o responsável civil

1. Quem responde além do autor do crime

2. A responsabilidade objetiva do art. 933 do Código Civil

3. A grande controvérsia do capítulo

4. A exceção dos Juizados Especiais Criminais

Seção IV - A suspensão do processo civil

1. A razão de ser do dispositivo

2. Suspensão obrigatória ou facultativa

3. Por quanto tempo

4. A suspensão antes mesmo da ação penal

5. O que acontece quando não há suspensão

6. A prejudicial em sentido inverso

Seção V - A prescrição

1. O prazo

2. O termo inicial

3. O alcance do art. 200 do Código Civil

Capítulo V - A eficácia civil das decisões penais

Seção I - A subordinação temática

1. O critério da lei civil

2. O que continua em aberto

Seção II - As excludentes de ilicitude e o art. 65

1. A regra e o seu fundamento civil

2. As exceções previstas na lei civil

3. O erro na execução

4. As descriminantes putativas

5. A absolvição sumária e o arquivamento

Seção III - A legítima defesa da honra e a leitura atual do art. 65

1. O que decidiu o Supremo Tribunal Federal
2. O reflexo civil

Seção IV - O percurso dos fundamentos da absolvição

1. A prova da inexistência do fato
2. A ausência de prova da existência do fato
3. A atipicidade do fato
4. A prova de que o réu não concorreu para a infração
5. A ausência de prova de ter o réu concorrido
6. As excludentes e a dúvida fundada
7. A insuficiência de provas para a condenação

Seção V - As decisões que não impedem a ação civil

1. O arquivamento do inquérito
2. A decisão que julga extinta a punibilidade
3. A sentença que decide não constituir o fato crime

Seção VI - As decisões do Tribunal do Júri

1. O problema do sigilo das votações
2. A posição que distingue os quesitos

Capítulo VI - A legitimação do Ministério Público

Seção I - O dispositivo e os seus pressupostos

1. A natureza da atuação
2. O conceito legal de pobreza
3. A finalidade do dispositivo

Seção II - A crise de recepção do dispositivo

1. O argumento constitucional
2. O argumento de coerência interna do Código

Seção III - A inconstitucionalidade progressiva

1. A construção do Supremo Tribunal Federal
2. A explicação da técnica
3. A crítica de Pacelli

Seção IV - O advogado dativo e o Estatuto da Advocacia

1. A alternativa da nomeação
2. A objeção do Estatuto da Advocacia

Seção V - O estado atual do problema

1. O prazo constitucional para a implantação das defensorias
2. O reflexo sobre a leitura do art. 68

Capítulo VII - Os demais instrumentos de reparação

Seção I - A composição civil dos danos nos Juizados Especiais Criminais

1. O instituto e a sua eficácia
2. O efeito sobre a ação penal
3. O responsável civil no acordo

Seção II - A multa reparatória e a prestação pecuniária

1. A multa reparatória do Código de Trânsito Brasileiro
2. A prestação pecuniária

Seção III - As medidas assecuratórias e a restituição

1. A garantia patrimonial durante a persecução
2. A restituição de coisas apreendidas
3. A fiança

Seção IV - A reparação na Lei Maria da Penha

1. A competência cumulativa
2. O ressarcimento ampliado
3. O regime probatório próprio

Seção V - A reparação nas soluções consensuais

1. O acordo de não persecução penal
2. O que isso significa para as duas vias

Seção VI - A ação civil de perdimento de bens

1. A via criada em 2026
2. A independência em relação ao juízo criminal
3. A posição do lesado

Seção VII - O panorama das vias de reparação

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.